

eleição presidencial

Mudança no cenário externo altera sucessão presidencial

Ribamar Oliveira
e Ricardo Amaral
De Brasília

A mudança do cenário externo, com ventos soprando na direção de menor crescimento da economia mundial nos próximos anos, provocou também uma reavaliação do cenário para a sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002. Esvaiu-se a convicção, alimentada pela equipe econômica, de que os últimos dois anos do governo FHC seriam brilhantes em matéria de crescimento econômico, com o país obtendo taxas de aumento do seu Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ou mais.

Lideranças do PSDB começam a trabalhar com a hipótese de que a sucessão será mais complicada do que se imaginava. No cenário de forte crescimento, a expectativa era de que o presidente tivesse popularidade e força política suficientes para conduzir a sucessão, indicando um candidato de seu partido e recolhendo o apoio do PFL e do PMDB, além de partidos menores, como PTB e PPB, para mais uma vez liquidar a eleição no primeiro turno. Hoje, parece muito mais provável uma fragmentação partidária tanto no governo como na oposição, reservando-se o segundo turno para eventuais composições.

Nessa conjuntura de incertezas, surgem também críticas mais ácidas à política econômica conduzida pelo ministro Pedro Malan. Onze dias atrás, em Brasília, FHC ouviu reparos do governador do Ceará, Tasso Jereissati, à política econômica, em jantar no Palácio do Alvorada. O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também esteve no Alvorada naquela mesma noite. Foi o primeiro movimento



RUY BARON/VALOR

FHC: candidato do PSDB deve ter perfil independente da equipe econômica

do governador para construir sua candidatura presidencial. Ficou claro que o candidato do PSDB, quem quer que seja, deve ter um perfil independente da equipe econômica.

Angustiado também com as perspectivas econômicas, FHC está ouvindo mais pessoas de seu partido, além daquelas com quem usualmente conversa por força dos cargos que ocupam, como é o caso dos seus líderes no Congresso, ou de amizade pessoal, como o ministro da Saúde, José Serra. FHC conversou recentemente com o deputado Antônio Kandir (PSDB-SP) e com o secretário da Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Aníbal, entre outros.

FHC está sendo aconselhado a ouvir o economista André Lara Resende, que teria uma visão clara do cenário internacional e do receituário mais correto a ser se-

guido. O presidente tem ouvido avaliações pessimistas do cenário internacional, não apenas sobre as consequências da elevação do preço do petróleo para as economias desenvolvidas, mas, principalmente, sobre o temor crescente de uma aterrissagem nada suave para a economia americana. Sem falar na complicada situação da Argentina, que pode afetar o Brasil diretamente.

Em sua maioria, as análises que chegam ao presidente apontam para uma redução do ritmo de crescimento da economia mundial, do comércio internacional e para dificuldades maiores de se manter a economia brasileira numa velocidade de crescimento superior a 4% ao ano.

O deputado Antônio Kandir acredita em crescimento entre 3% e 4% para os próximos anos, mas defende uma urgente agenda de medidas que permitam o

aumento da produtividade da economia. O ministro José Serra não acredita que a mudança do cenário internacional seja tão significativa para impedir o forte crescimento econômico. Para ele, se for possível estabilizar a situação econômica da Argentina, o cenário voltará a ser favorável a taxas mais expressivas de crescimento. Esta, no entanto, é uma opinião isolada dentro do PSDB.

Ainda genéricas, as críticas dos tucanos não produziram uma alternativa à política de Malan e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os críticos referem-se à fadiga da sociedade com o discurso único da estabilização. Argumentam que esse discurso precisa ser acompanhado pela oferta de serviços essenciais à população, sem os quais o tema da estabilidade perderá o sentido. Questionam até quando o governo conseguirá manter os salários dos servidores sem reajuste, por exemplo.

Apontam para a hegemonia do setor financeiro na política econômica do governo. Dizem que as reivindicações de comerciantes e industriais são recebidas com indisfarçável má vontade e que esses setores quase sempre são taxados de "atrasados" ou acusados de querer apenas juros baixos e subsídios. Citam o caso da eliminação da cobrança da CPMF nas operações de estrangeiros nas bolsas de valores para mostrar que a equipe econômica tem uma noção diferente de renúncia fiscal quando ela é concedida para setores industriais ou exportadores.

A crítica mais contundente, no entanto, está relacionada ao que esses líderes chamam de "promessa sempre adiada" de crescimento econômico.

VALOR
27 NOV 2000